



Relatório Situacional da Infraestrutura e Disponibilidade de Materiais Didáticos para a Educação Física nas Escolas Municipais de Santa Luzia/MG e Guia para Planejamento, Investimento e Qualificação das Aulas de Educação Física: Infraestrutura e Materialidade como Direito Educacional

Mestrando: Thiago Mendes Oliveira

Orientadora: Dra. Ivana Montandon Soares Aleixo

Apresentação

Este relatório educacional tem como objetivo subsidiar a formulação de políticas públicas de educação no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia/MG, a partir de um diagnóstico detalhado das condições de infraestrutura e da disponibilidade de materiais didáticos voltados à prática da Educação Física escolar. Sua elaboração fundamentou-se em uma abordagem metodológica rigorosa, ancorada em referenciais legais e teóricos atualizados, e orientada pela escuta qualificada de professores(as) de Educação Física e diretores(as) escolares da rede municipal.

Diagnóstico Inicial e Caracterização dos Participantes

Participaram da pesquisa 37 professores(as) de Educação Física e 23 diretores(as) de escolas da rede municipal. O corpo docente demonstrou elevada qualificação, com 97,3% dos(as) participantes possuindo pós-graduação, além de apresentar tempo de experiência profissional significativo, variando entre 1 e mais de 15 anos de atuação na rede. Essa trajetória, aliada à formação especializada, reforça o potencial do quadro docente para a implementação de metodologias inovadoras e inclusivas, desde que haja condições materiais e institucionais adequadas para tanto.

A diversidade no tempo de serviço e nas formações representa um importante ativo para o sistema educacional, ao mesmo tempo em que evidencia diferentes níveis de enfrentamento das dificuldades estruturais. Cabe destacar que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), é dever do sistema educacional assegurar formação continuada aos(as) profissionais da educação, aspecto essencial para a qualificação da prática pedagógica.

A maioria dos(as) docentes atua nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, lidando com faixas etárias que demandam abordagens lúdicas, estruturadas e culturalmente significativas, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Os(as) diretores(as), por sua vez, demonstraram compreensão parcial das necessidades específicas da disciplina, o que reforça a importância de formações integradas entre gestão e corpo docente, com vistas à garantia de condições pedagógicas mais equitativas.

Diagnóstico da Infraestrutura Física

A análise revelou que 43,5% das escolas avaliam seus espaços ao ar livre como “regulares” e 39,1% não possuem quadras cobertas. Além disso, verificou-se a ausência de vestiários, banheiros adequados e espaços acessíveis em grande parte das unidades escolares. Essa realidade contraria os princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, conforme previsto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, bem como os dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

De acordo com Darido e Rangel (2005), a prática pedagógica da Educação Física é diretamente condicionada pelas estruturas físicas disponíveis na escola. Espaços inadequados ou inseguros não apenas restringem a diversidade de atividades propostas, como também desestimulam a participação dos(as) estudantes e comprometem os objetivos educacionais previstos para o componente curricular.

A precariedade da infraestrutura compromete a plena implementação do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), que propõe uma formação corporal plural e diversificada. A inadequação dos espaços limita o desenvolvimento de práticas corporais como aventuras, lutas, danças e jogos cooperativos — todos essenciais para a formação integral dos(as) estudantes e para o desenvolvimento das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Disponibilidade de Materiais Didáticos

Mais de 70% dos(as) professores(as) apontaram como essenciais materiais como bolas variadas, colchonetes, cones, cordas, bambolês e redes esportivas. Houve unanimidade quanto à influência direta da presença ou ausência desses itens na elaboração do planejamento anual. A carência desses recursos compromete a adoção de metodologias ativas, expressivas e inclusivas, conforme propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG).

Garcia, Prearo e Romeiro (2016) destacam que a escassez de recursos materiais afeta diretamente a qualidade do ensino e a motivação dos(as) estudantes, além de limitar a atuação docente a conteúdos menos significativos. Esse cenário reforça a necessidade de garantir um padrão mínimo de materiais pedagógicos em todas as escolas da rede municipal.

Materiais adaptados — como bolas sonoras, tatames, rampas e equipamentos de apoio — também estão ausentes na maioria das unidades escolares, comprometendo a efetividade da educação inclusiva e contrariando os preceitos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Conforme argumenta Leucas (2015), a inclusão escolar exige mais do que a presença física do(a) aluno(a): demanda condições materiais e pedagógicas que assegurem sua participação plena e significativa.

Percepção dos(as) Diretores(as)

Os dados indicam que 65,2% das escolas realizaram investimentos em materiais didáticos, mas não em infraestrutura, no biênio 2023/2024. Diretores(as) relataram dificuldades na priorização de recursos para a Educação Física, frequentemente decorrentes do desconhecimento técnico ou da ausência de escuta qualificada junto aos(as) docentes da área. Esse cenário evidencia a urgência de uma gestão escolar mais participativa, sensível às especificidades do componente curricular e articulada com os(as) profissionais da educação física.

Segundo Paro (2010), a gestão escolar deve ser compreendida como uma prática político-pedagógica, e não meramente técnica. A liderança da escola desempenha papel central na alocação de recursos, na construção do projeto político-pedagógico e na garantia de condições adequadas de trabalho docente. Correia e Sá (2021) complementam que uma gestão fundamentada na escuta ativa e na valorização do coletivo fortalece o clima organizacional e favorece processos pedagógicos mais inovadores e inclusivos.

Percepção dos(as) Professores(as) de Educação Física

Os(as) professores(as) de Educação Física demonstraram uma percepção crítica e consistente quanto às condições estruturais e materiais que permeiam sua prática pedagógica nas escolas da rede municipal. A maioria apontou que a precariedade dos espaços — como a ausência de quadras cobertas, banheiros acessíveis e áreas adequadas para o desenvolvimento das práticas corporais — compromete significativamente o planejamento, a execução e a avaliação das aulas. A carência de materiais básicos, como bolas, colchonetes, cordas e bambolês, foi relatada como fator limitante para a implementação das metodologias previstas na BNCC e no CRMG. Muitos(as) docentes revelaram a necessidade constante de adaptar suas propostas

pedagógicas à realidade precária, o que, por vezes, inviabiliza experiências corporais mais significativas e inclusivas.

Diante das evidências levantadas ao longo da pesquisa, torna-se possível não apenas diagnosticar os principais desafios enfrentados pela Educação Física escolar na rede municipal de Santa Luzia/MG, mas também propor caminhos concretos para sua superação. As contribuições dos(as) professores(as) e diretores(as), associadas à análise documental e aos referenciais teóricos adotados, permitiram a elaboração de um conjunto de recomendações estratégicas, voltadas ao fortalecimento da infraestrutura, da gestão democrática e da valorização pedagógica da área.

Propostas de Melhoria

Com base nos dados apurados, sugerem-se as seguintes ações para orientar a política pública de Educação Física no município:

1. Mapeamento e priorização de investimentos em infraestrutura

Realizar diagnóstico contínuo e sistemático das condições físicas de todas as unidades escolares da rede municipal, com o objetivo de subsidiar a priorização dos investimentos em infraestrutura voltados à prática da Educação Física escolar.

1.1. Metodologia sugerida:

Aplicação anual de formulário de avaliação padronizado, contemplando os seguintes aspectos:

- Existência e qualidade da quadra poliesportiva (coberta ou não);
- Existência e condições de áreas ao ar livre;
- Existência, estado de conservação e acessibilidade de banheiros e vestiários;
- Quantidade, variedade e estado de conservação dos materiais didáticos de Educação Física;
- Existência e adequação dos espaços lúdicos e de recreação.

1.2. Classificação das unidades escolares em três níveis de necessidade:

- **Crítico:** escola sem infraestrutura mínima ou com espaços em condições que inviabilizam a prática pedagógica da Educação Física (ex.: ausência de quadra, banheiros inadequados, materiais inexistentes ou inutilizáveis, áreas lúdicas inseguras);

- **Intermediário:** escola com infraestrutura básica existente, mas com deficiências que comprometem parcialmente a qualidade das práticas corporais (ex.: quadra descoberta ou danificada, banheiros sem acessibilidade, materiais insuficientes);
- **Satisfatório:** escola com infraestrutura adequada, atendendo às necessidades pedagógicas, demandando apenas manutenção preventiva ou reposição eventual de materiais.

1.3. Instrumentos sugeridos:

- Elaboração de relatórios anuais de avaliação da infraestrutura escolar, com a devida classificação por nível de necessidade, a serem apresentados ao Conselho Municipal de Educação e ao CACS-FUNDEB;
- Constituição de banco de imagens e documentos comprobatórios sobre as condições físicas das unidades escolares, com fins de planejamento estratégico e prestação de contas à sociedade.

1.4. Prioridades de investimento:

- Construção de quadras poliesportivas cobertas;
- Implantação de vestiários acessíveis e banheiros adaptados;
- Criação de áreas lúdicas seguras e inclusivas;
- Reposição e ampliação dos materiais didáticos de Educação Física.

1.5. Base legal e normativa:

Esta proposta está em consonância com a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), que trata da melhoria das condições físicas das escolas públicas e da promoção de padrões mínimos de qualidade da educação. Também se articula ao direito à educação de qualidade, previsto no art. 206 da Constituição Federal de 1988, e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

1.6. Formulário Padronizado de Avaliação da Infraestrutura Escolar para a Prática da Educação Física

1.1.1. Identificação da Escola:

Nome da escola: _____

Código INEP: _____

Diretor(a) responsável: _____

Responsável pelo preenchimento: _____

Data da avaliação: ____/____/____

1.1.2. Infraestrutura de Espaço Físico para a Educação Física

1.1.2.1. A escola possui quadra poliesportiva?

- Sim, coberta e em bom estado
- Sim, coberta, mas com necessidade de manutenção
- Sim, descoberta e em bom estado
- Sim, descoberta, mas com problemas
- Não possui quadra

1.1.2.2. Condição do piso da quadra ou espaço de prática:

- Regular e seguro
- Irregular, com riscos moderados
- Perigoso/inadequado para atividades

1.1.2.3. A escola possui áreas ao ar livre adequadas para prática corporal?

- Sim, em bom estado
- Sim, mas com necessidade de melhorias
- Não possui

1.1.2.4. Existe espaço lúdico (parques, brinquedos, pistas de atividades)?

- Sim, adequado e seguro
- Sim, mas em condições precárias
- Não possui

1.1.3. Infraestrutura Sanitária (Banheiros/Vestiários)

1.1.3.1. A escola possui vestiários para os(as) alunos(as)?

- Sim, acessíveis e em boas condições
- Sim, mas inadequados ou inacessíveis
- Não possui

1.1.3.2. A escola possui banheiros adaptados para pessoas com deficiência?

- Sim
- Não

1.1.3.3. Estado geral dos banheiros:

- Bom (limpos, seguros, acessíveis)
- Regular (precisam de pequenos reparos)
- Ruim (condições insalubres)

1.1.4. Materiais Didáticos de Educação Física

1.1.4.1. Quantidade de materiais esportivos:

- Suficiente para atender todas as turmas
- Parcialmente suficiente
- Insuficiente

1.1.4.2. Estado de conservação dos materiais:

- Bom
- Regular (necessitando de reposição parcial)
- Ruim (materiais danificados, inutilizáveis)

1.1.4.3. Existe variedade de materiais (bolas diversas, cordas, cones, bambolês, colchonetes, materiais adaptados)?

- Sim
- Não

1.1.5. Recursos Tecnológicos de Apoio às Aulas de Educação Física

1.1.5.1. A escola disponibiliza equipamentos de som ou audiovisuais para uso nas aulas de Educação Física?

- Sim
- Não

1.1.5.2. Condição dos equipamentos:

- Funcionando adequadamente
- Com defeitos ou indisponíveis

1.1.6. Observações Gerais

Espaço para registrar necessidades específicas da escola, sugerir melhorias ou informar situações críticas:

1.1.7. Classificação Final da Escola (com base nos critérios definidos):

- Crítico
- Intermediário
- Satisfatório

Assinatura do Responsável: _____

2. Criação de um padrão mínimo de kit pedagógico para todas as escolas, incluindo materiais essenciais e adaptados, conforme as orientações do CRMG e da BNCC sobre experiências corporais múltiplas e inclusivas

Propõe-se a definição de um conjunto mínimo de materiais pedagógicos destinados às aulas de Educação Física em todas as unidades escolares da rede municipal, de forma compatível com as diferentes etapas da educação

básica e com as modalidades educativas previstas no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O kit pedagógico deve contemplar materiais que possibilitem práticas corporais diversificadas, inclusivas, lúdicas e esportivas, respeitando as características etárias dos(as) estudantes e assegurando o acesso equitativo a experiências corporais qualificadas. Ressalta-se a importância de que os(as) professores(as) de Educação Física da rede sejam consultados(as) na definição dos itens que comporão esse kit, de modo que os materiais atendam às reais demandas pedagógicas de cada etapa e contexto escolar.

Sugestão de kit pedagógico completo, dividido por etapa educacional:

2.1. Educação Infantil (0 a 5 anos)

Prioridades:

Exploração corporal, ludicidade, psicomotricidade ampla, ritmos, brincadeiras livres, noções básicas de espaço, tempo e corpo.

Materiais Sugeridos:

- Bolas leves e coloridas de diferentes tamanhos (plástico macio)
- Cordas de pular infantis (mais curtas e leves)
- Bambolês pequenos e flexíveis
- Petecas macias de tecido
- Sacos de corrida infantis
- Parachute recreativo (lençol gigante)
- Blocos de espuma para montagem de circuitos motores
- Espaguete de piscina (para percursos e jogos simbólicos)
- Kits de jogos de solo (amarelinha gigante, trilhas motoras)
- Cones pequenos para marcação
- Dominó motriz e trilha corporal gigante (jogo de salão adaptado)
- Almofadas de equilíbrio (discos infláveis)
- Tiras e lenços coloridos para danças livres
- Instrumentos de percussão infantil (pandeiros pequenos, chocalhos)
- Bolas sonoras (para práticas inclusivas)
- Guias de corrida (para inclusão de alunos com deficiência visual)

2.2. Anos Iniciais do Ensino Fundamental (6 a 10 anos)

Prioridades:

Desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, ampliação do

repertório corporal, iniciação esportiva lúdica, fortalecimento do ritmo, equilíbrio, coordenação ampla e iniciação em técnicas básicas.

Materiais Sugeridos:

- Bolas de futebol tamanho reduzido
- Bolas de vôlei leve
- Bolas de borracha polivalente (uso múltiplo)
- Cordas de pular infantis e juvenis
- Bambolês médios
- Petecas tradicionais e adaptadas
- Cones médios e grandes para circuitos
- Redes de vôlei de iniciação
- Raquetes leves (badminton e tênis)
- Volantes (petecas para badminton)
- Mini redes de tênis de iniciação
- Espaguetes de piscina e obstáculos móveis
- Colchonetes de ginástica (densidade média)
- Tatames modulares para práticas de solo e ginásticas
- Step (plataformas de subida/descida)
- Bastões leves de ginástica
- Fitas de ginástica rítmica
- Saia de dança circular
- Jogos de salão (dominó motriz, trilha corporal)
- Tabelas móveis de basquete infantil
- Jogos adaptados de piso (dominó, trilhas sensoriais)
- Bolas sonoras para inclusão
- Guias de corrida e coletes diferenciados
- Apitos, cronômetros digitais e kits de marcação de solo

2.3. Anos Finais do Ensino Fundamental (11 a 14 anos)

Prioridades:

Aprimoramento técnico, ampliação das capacidades motoras específicas, consolidação dos fundamentos esportivos, práticas corporais de maior complexidade, iniciação atlética, lutas, danças urbanas e práticas críticas da cultura corporal.

Materiais Sugeridos:

- Bolas oficiais de futebol, futsal, vôlei, handebol e basquete
- Tabelas móveis de basquete com altura oficial
- Redes de vôlei oficial e futsal
- Travessões móveis
- Coletes de identificação de equipes (diferentes cores)
- Raquetes oficiais de badminton, tênis e frescobol
- Volantes de badminton e bolinhas de tênis adaptadas

- Mesas adaptáveis de tênis de mesa (se possível)
- Cones grandes para marcação de quadras
- Colchonetes de alta densidade
- Tatames de EVA de alta densidade (mínimo 6x6m)
- Almofadas de contato (shields) para práticas de lutas
- Faixas de identificação para práticas de combate
- Elásticos de resistência e halteres leves (condicionamento)
- Step profissional para ginástica
- Instrumentos musicais de percussão para danças culturais e urbanas
- Tiras e acessórios para danças urbanas e étnicas
- Cordas grossas para práticas de aventura (percursos, trilhas)
- Estacas de marcação de trilhas e corridas de orientação
- Bússolas escolares
- Dardos infantis de espuma
- Bolas de arremesso leve
- Hastes para salto adaptado
- Marcadores de solo e fitas de marcação de pistas
- Jogos de piso adaptados para inclusão
- Bolas sonoras para práticas adaptadas
- Guias de corrida para deficientes visuais
- Placas de sinalização visual inclusiva
- Apitos e cronômetros digitais para controle de tempo

2.4. Resumo Técnico Final

- A seleção dos materiais contempla integralmente as Unidades Temáticas e Objetos de Conhecimento da BNCC e do CRMG.
- As quantidades deverão ser definidas conforme o número de alunos, turmas e turnos de cada unidade escolar.
- A aquisição deve ser feita com cuidado na escolha de materiais adaptados para a inclusão de alunos com deficiência.
- A implementação dos kits garantirá práticas pedagógicas amplas, inclusivas, seguras e críticas, em consonância com os princípios da educação integral.

3. Sugestão de Cronograma para Implantação e Manutenção dos Kits Pedagógicos de Educação Física - Início em 2026

3.1. Ano 1 – Implantação Inicial (2026)

3.1.1. Objetivo:

Realizar a distribuição completa dos kits pedagógicos mínimos padronizados em todas as unidades escolares da rede municipal, conforme as etapas de ensino (Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental).

3.1.2. Atividades:

- Finalização e validação do Termo de Referência (Janeiro/Fevereiro de 2026).
- Adequações pedagógicas finais conforme análise da SMED.
- Processo licitatório para aquisição dos materiais (Março a Junho de 2026).
- Aquisição e entrega dos kits nas escolas (Julho a Outubro de 2026).
- Treinamento básico para professores(as) e gestores(as) sobre uso, guarda e conservação dos materiais.
- Registro fotográfico e documental da entrega para controle e transparência.

3.1.3. Prazo: Janeiro a Outubro de 2026

3.2. Ano 2 – Avaliação e Reposição Emergencial (2027)

3.2.1. Objetivo:

Avaliar o estado de conservação dos materiais e realizar a reposição emergencial dos itens danificados, extraviados ou insuficientes.

3.2.2. Atividades:

- Aplicação do formulário anual de avaliação de materiais pelos(as) professores(as) (Fevereiro a Março de 2027).
- Consolidação e análise dos dados pela equipe técnica da SMED.
- Compra e entrega de materiais de reposição emergencial (Abril a Agosto de 2027).
- Atualização do inventário patrimonial de cada escola.

3.2.3. Prazo: Fevereiro a Agosto de 2027

3.3. Ano 3 – Avaliação Geral e Renovação Programada (2028)

3.3.1. Objetivo:

Revisar globalmente a necessidade de renovação ou ampliação dos kits pedagógicos, seguindo o planejamento trienal.

3.3.2. Atividades:

- Nova avaliação detalhada dos materiais (Janeiro a Março de 2028).
- Planejamento orçamentário e pedagógico para renovação total ou parcial (Abril a Junho de 2028).
- Processo licitatório e aquisição de novos materiais (Julho a Outubro de 2028).
- Entrega e atualização dos kits nas unidades escolares.

3.3.3. Prazo: Janeiro a Outubro de 2028

3.4. Fase Permanente – Monitoramento Contínuo (A partir de 2029)

3.4.1. Objetivo:

Manter a qualidade e disponibilidade dos materiais pedagógicos de Educação Física, garantindo a continuidade das práticas corporais previstas na BNCC e no CRMG.

3.4.2. Atividades:

- Avaliação anual simplificada do estado dos materiais;
- Atualização do inventário patrimonial;
- Previsão orçamentária para pequenas reposições anuais;
- Inclusão das necessidades de renovação em ciclo no Plano Plurianual (PPA) e na LDO.

3.4.3. Prazo: Permanente a partir de 2029

3.5. Observações Técnicas

Responsáveis:

Coordenação da Educação Física, Coordenadoria de Infraestrutura Escolar, Setor de Compras e Licitações, Setor Financeiro da SMED.

Instrumentos de Gestão:

- Formulários de Avaliação de Materiais (anualmente);
- Inventário atualizado por escola;
- Relatórios fotográficos e documentais.

3.6. Bases Legais e Normativas Aplicáveis

3.6.1. Educação e Currículo:

- Constituição Federal de 1988, art. 205 e art. 206 (Direito à Educação de qualidade e princípios educacionais);
- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente Meta 7 (Infraestrutura Escolar);
- BNCC (BNCC), homologada em 2017;
- Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), homologado em 2018.

3.6.2. Financiamento e Recursos Diretos:

- Lei nº 11.947/2009 – Institui o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Resoluções anuais do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) que regulamentam a execução do PDDE, como a Resolução nº 06/2020 (atualizações anuais devem ser observadas);
- Decreto nº 10.880/2021 – Regulamenta o PDDE e suas ações agregadas.

3.6.3. Aquisição de Materiais e Licitações:

- Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (substituiu a antiga Lei nº 8.666/1993);
- Decreto Municipal ou Estadual que regulamenta internamente a aplicação da Lei nº 14.133/2021 (se houver no município);
- Regulamentações específicas sobre compras públicas pela educação (normativas internas municipais ou estaduais).

3.6.4. Gestão Orçamentária e Planejamento:

- Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- Normas sobre PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual (LOA).

3.7. Observação Complementar: A gestão dos kits pedagógicos deve observar:

- A correta aplicação dos recursos públicos;

- A compatibilidade dos investimentos com o planejamento orçamentário vigente;
 - A prioridade do atendimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG);
 - A necessidade de observância à legislação vigente para processos licitatórios e execução de recursos federais, estaduais ou municipais, assegurando transparência e eficiência administrativa.
4. Estabelecimento de critérios claros e participativos para destinação de recursos.

Instituir regulamentação municipal ou normativa interna que assegure a destinação de recursos financeiros específicos para a melhoria da Educação Física escolar, fundamentada em princípios de equidade, eficiência, transparência e participação democrática.

4.1. Como implementar:

4.1.1. Definir um valor mínimo anual exclusivo para a Educação Física

4.1.1.1. Ação:

Instituir, via portaria interna ou projeto de lei municipal, a obrigatoriedade de destinação de um valor mínimo anual proporcional ao número de alunos matriculados na rede municipal de ensino, garantindo investimento contínuo na manutenção, renovação e ampliação dos materiais e estruturas necessárias às práticas de Educação Física.

4.1.1.2. Sugestão de parâmetro:

Percentual mínimo vinculado ao orçamento da educação municipal (ex.: 1% a 2% dos recursos livres da educação destinados exclusivamente à infraestrutura e materiais da Educação Física).

Ou cálculo proporcional: X reais por aluno/ano, ajustado anualmente conforme número de matrículas registradas no Censo Escolar.

4.1.1.3. Justificativa:

Essa previsão assegura previsibilidade orçamentária, evitando dependência exclusiva de verbas eventuais ou complementares (ex.: PDDE).

4.1.2. Estabelecer critérios objetivos para a distribuição dos recursos

4.1.2.1. Ação:

- Elaborar normativa definindo critérios transparentes para a alocação dos recursos destinados à Educação Física, considerando fatores como:

- Número de alunos matriculados por escola;
- Número de turnos de funcionamento;
- Existência ou não de quadra coberta ou espaço de prática corporal adequado;
- Existência de vestiários e banheiros acessíveis;
- Presença e demanda de alunos com deficiência e necessidade de materiais adaptados;
- Estado de conservação dos materiais e equipamentos pedagógicos.

4.1.2.2. Exemplo de ponderação sugerida:

- Peso maior para escolas que não possuem quadra coberta;
- Prioridade para unidades com maior número de alunos em tempo integral;
- Bonificação para unidades que atendem maior número de alunos com deficiência, necessitando materiais adaptados.

4.1.3. Prever obrigatoriedade de consulta à comunidade escolar

4.1.3.1. Ação:

Incluir, na regulamentação, a obrigatoriedade de consulta prévia aos professores(as) de Educação Física, aos conselhos escolares e à comunidade escolar para:

- Definição de prioridades de investimento;
- Escolha de materiais a serem adquiridos;
- Identificação de necessidades estruturais específicas.

4.1.3.2. Instrumentos sugeridos:

- Assembleias escolares;
- Reuniões de conselhos escolares (com pauta específica sobre Educação Física);
- Aplicação de formulários para professores(as) de Educação Física indicarem demandas anuais.

4.1.4. Criar um Grupo de Trabalho Intersetorial para estudo e deliberação

4.1.4.1. Ação:

- Formalizar a criação de um Grupo de Trabalho Intersetorial (GT Educação Física Escolar), composto por:

- Representantes da SMED (setor pedagógico e setor de infraestrutura escolar);
- Professores(as) de Educação Física eleitos(as) pelas unidades escolares;
- Gestores(as) escolares (diretores(as) ou coordenadores(as));
- Representantes dos Conselhos Escolares;
- Representantes de conselhos de políticas públicas educacionais (como o Conselho Municipal de Educação ou o CACS-FUNDEB);
- Técnicos de planejamento e finanças.

4.1.4.2. Função do GT:

- Acompanhar a execução dos investimentos;
- Propor ajustes e prioridades anuais;
- Monitorar o estado de conservação das estruturas e materiais;
- Emitir pareceres técnicos para subsidiar decisões administrativas.

4.1.4.3. Periodicidade sugerida:

Reuniões semestrais ordinárias e reuniões extraordinárias em caso de necessidade.

4.2. Base Legal e Normativa:

- Constituição Federal de 1988, art. 206, incisos I, VI e VII (princípios da igualdade de condições, gestão democrática e garantia de padrão de qualidade);
- Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 3º e 12º (princípios de gestão democrática e responsabilidade da escola pela conservação e manutenção de seus espaços e equipamentos);
- Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE), especialmente Meta 7 e estratégias correlatas (qualidade da infraestrutura escolar);
- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – aplicação para procedimentos de aquisição;
- Lei nº 11.947/2009 (PDDE) e respectivas Resoluções do FNDE – fontes complementares de financiamento;
- Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e BNCC (BNCC) – obrigatoriedade da oferta qualificada de práticas corporais diversificadas.

5. Oferta de formação continuada para diretores(as):

Implantar programas de formação continuada específicos para gestores(as) escolares (diretores(as), vice-diretores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as)) com foco no fortalecimento da Educação Física escolar, na gestão eficiente de recursos, no uso adequado dos espaços pedagógicos e na aplicação da legislação educacional vigente.

5.1. Como implementar:

5.1.1. Definição de Conteúdo Formativo Estruturado

5.1.1.1. Ação:

Desenvolver um programa formativo anual, estruturado em quatro grandes eixos temáticos:

- Gestão Pedagógica da Educação Física Escolar (Importância da Educação Física no Projeto Político-Pedagógico da escola, integração curricular, estratégias de apoio pedagógico).
- Uso Inclusivo de Espaços e Materiais (Organização e otimização dos espaços físicos para práticas inclusivas; conservação e maximização do uso dos materiais).
- Legislação Educacional Aplicada à Educação Física (Análise prática da LDB, BNCC, CRMG e dos princípios constitucionais que garantem o direito às práticas corporais diversas).
- Gestão Orçamentária para a Educação Física (Orientações sobre uso adequado de recursos, execução de verbas do PDDE e outros fundos, transparência e prestação de contas).

5.1.1.2. Instrumento:

Elaboração de cadernos de formação ou módulos digitais que sistematizem o conteúdo.

5.1.2. Metodologia de Oferta da Formação

5.1.2.1. Ação:

Oferecer a formação por meio de metodologias diversificadas para atender diferentes perfis de gestores(as):

- Oficinas presenciais (em encontros semestrais ou anuais);
- Cursos EAD modulados (plataforma de ensino virtual da SMED);

- Seminários de boas práticas escolares, promovendo a troca de experiências exitosas no campo da Educação Física e gestão de espaços/materiais.

5.1.2.2. Duração sugerida:

Cada ciclo formativo anual deve ter carga horária mínima de 20 a 30 horas, com emissão de certificação oficial.

5.1.3. Articulação com o Calendário de Formação da Rede Municipal

5.1.3.1. Ação:

Integrar obrigatoriamente a formação para gestores(as) no calendário anual de formação continuada da Rede Municipal de Educação, de forma planejada, previsível e com carga horária reconhecida.

5.1.3.2. Sugerido:

- Primeiro semestre: foco na gestão pedagógica e legislação educacional.
- Segundo semestre: foco na gestão de recursos e utilização de espaços e materiais.

5.1.4. Monitoramento e Avaliação da Formação

5.1.4.1. Ação:

Implementar instrumentos de avaliação ao final de cada ciclo formativo para:

- Avaliar a efetividade da formação;
- Identificar demandas específicas para as formações futuras;
- Propor ajustes metodológicos e de conteúdo.

5.1.4.2. Instrumento sugerido:

Formulário de avaliação aplicado após cada módulo, somado a momentos de avaliação qualitativa coletiva (como rodas de conversa).

5.2. Objetivo Estratégico

Sensibilizar e capacitar os gestores escolares para que a Educação Física seja reconhecida como área estratégica na formação integral dos(as) alunos(as), promovendo práticas pedagógicas de qualidade, inclusivas e alinhadas às diretrizes legais e curriculares nacionais e estaduais.

5.3. Base Legal e Normativa:

- Constituição Federal de 1988 (art. 205 e art. 206 – direito à educação de qualidade, gestão democrática);

- Lei nº 9.394/1996 – LDB, especialmente arts. 12, 13 e 26;
- BNCC (2017) – componente curricular de Educação Física com caráter obrigatório na Educação Básica;
- Currículo Referência de Minas Gerais (2018);
- Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), especialmente a Meta 7 e estratégias de melhoria da formação dos profissionais da educação;
- Lei nº 11.947/2009 (PDDE) e resoluções do FNDE (financiamento de pequenos projetos e manutenção escolar);
- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – para a execução de contratos de formação ou fornecimento de materiais educativos.

6. Criação de um Sistema Municipal de Monitoramento da Educação Física

Implementar um sistema informatizado simples e padronizado para registrar, acompanhar e monitorar a situação dos espaços físicos e dos materiais pedagógicos de Educação Física em todas as unidades escolares da rede municipal.

O sistema deve permitir a visualização em tempo real da situação das escolas, subsidiando decisões administrativas e pedagógicas com base em dados concretos.

6.1. Como implementar:

6.1.1. Estruturação do Sistema de Monitoramento

6.1.2. Ação:

Desenvolver ou adaptar uma ferramenta eletrônica (sistema próprio, planilha inteligente compartilhada via Google Drive, ou módulo simples em sistemas já existentes da Secretaria) para:

6.1.2.1. Cadastrar as escolas, com dados como nome, código INEP, número de turmas e turnos;

6.1.2.2. Registrar a situação dos espaços físicos voltados para a prática da Educação Física (quadras, áreas livres, banheiros, vestiários);

6.1.2.3. Listar os materiais pedagógicos existentes em cada escola, indicando:

- Quantidade;
- Estado de conservação (bom, regular, ruim);
- Existência de materiais adaptados para práticas inclusivas.

6.1.2.4. Indicar demandas emergenciais (reposição, reparos, obras estruturais);

6.1.2.5. Gerar relatórios automáticos para apoiar a tomada de decisão da gestão municipal.

6.1.3. Formato sugerido:

- Nível básico: Planilha dinâmica (com campos obrigatórios, lista suspensa de estados de conservação, fórmulas para apontar prioridades).
- Nível avançado: Sistema web com login para cada unidade escolar, integração com a Coordenação de Educação Física e setor de Infraestrutura Escolar.

6.1.4. Procedimentos de Alimentação e Atualização

6.1.4.1. Ação:

Estabelecer protocolos claros para preenchimento e atualização dos dados:

- Responsáveis: Diretores(as) escolares ou servidores(as) designados(as).
- Periodicidade: Atualização obrigatória semestral (julho e dezembro).
- Instrumento: Formulário eletrônico vinculado ao sistema ou preenchimento direto em planilha compartilhada.

6.1.4.2. Treinamento inicial:

Capacitar os(as) gestores(as) escolares para utilização do sistema, via oficinas presenciais ou capacitações online.

6.1.5. Geração de Relatórios Gerenciais

6.1.5.1. Ação:

O sistema deve gerar relatórios gerenciais para:

- Classificar escolas segundo nível de necessidade (Crítico, Intermediário ou Satisfatório);
- Indicar prioridades de investimento por tipo de necessidade (materiais, infraestrutura, inclusão);
- Apresentar estatísticas sobre a evolução da conservação dos espaços e materiais.

6.1.6. Uso dos Relatórios:

- Planejamento orçamentário anual;

- Propostas de aquisição de materiais e execução de reformas;
- Prestação de contas junto ao Conselho Municipal de Educação, CACS-FUNDEB e sociedade civil.

6.2. Objetivo Estratégico

Oferecer à gestão municipal uma ferramenta de acompanhamento em tempo real, eficiente e fundamentada em evidências, garantindo maior eficiência administrativa, transparência e racionalidade na alocação de recursos voltados à Educação Física escolar.

6.3. Base Legal e Normativa:

- Constituição Federal de 1988, art. 37 (Princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência);
- Lei nº 9.394/1996 – LDB (responsabilidade da escola e do poder público pela oferta de condições adequadas de ensino);
- Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), Meta 7 (melhoria da infraestrutura escolar);
- Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (planejamento como etapa obrigatória);
- Lei nº 11.947/2009 (PDDE) e Resoluções do FNDE – exigência de monitoramento na aplicação de recursos federais;
- Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e BNCC (BNCC) – obrigatoriedade de práticas corporais diversificadas e inclusivas.

7. Considerações Finais

A presente proposta evidencia que a qualificação da Educação Física escolar depende da articulação entre infraestrutura adequada, materiais pedagógicos diversificados, formação continuada de gestores(as) e fortalecimento dos processos democráticos de gestão. Com base nos dados e reflexões apresentados, é possível afirmar que a implementação das ações sugeridas contribuirá para assegurar o direito ao movimento como parte essencial da formação humana, conforme previsto na Constituição Federal, na LDB, na BNCC e no Currículo Referência de Minas Gerais.

A efetivação de um programa estruturado de melhoria da Educação Física, que envolva desde a distribuição equitativa de kits pedagógicos até a criação de sistemas de monitoramento contínuo e projetos interdisciplinares, é fundamental para garantir condições concretas de acesso e permanência

qualificada nas práticas corporais escolares. Tais ações promovem a inclusão, respeitam a diversidade, fortalecem identidades culturais e ampliam as possibilidades educativas, superando a visão meramente esportiva.

A destinação planejada de recursos financeiros específicos, aliada à definição de critérios objetivos e participativos para sua aplicação e à formação sistemática de gestores(as) escolares, contribui para consolidar uma gestão democrática e eficiente no âmbito da política educacional. A valorização da Educação Física como área estratégica do currículo impacta diretamente a formação cidadã, a promoção da saúde, o desenvolvimento das competências socioemocionais e a formação integral dos(as) estudantes.

Assim, ao propor ações concretas e viáveis, este trabalho reafirma o compromisso com uma educação pública de qualidade, democrática, inclusiva e socialmente referenciada. O fortalecimento da Educação Física escolar deve ser compreendido não como uma melhoria pontual, mas como parte de uma estratégia integrada para a construção de escolas mais justas, humanas e comprometidas com o desenvolvimento pleno de cada estudante.

8. Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

CORREIA, P.; SÁ, S. Liderança do(a) diretor(a) escolar e a sua relação com o clima organizacional. Humanidades & Tecnologia (FINOM), v. 29, p. 175–178, jan./mar. 2021.



DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GARCIA, C. L.; PREARO, L. C.; ROMEIRO, J. L. R. A influência dos materiais nas aulas de Educação Física escolar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 38, n. 1, p. 38–44, jan./mar. 2016. DOI: 10.1016/j.rbce.2016.01.005.

LEUCAS, C. B. de. Educação inclusiva e a Educação Física escolar. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Educacao_LeucasCB_1.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/curriculoreferencia>. Acesso em: 01 jul. 2024.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763–778, set./dez. 2010.